

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 24.911 - DF (2019/0010579-8)

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA
IMPETRANTE : HUGO ORRICO JÚNIOR
ADVOGADO : HUGO ORRICO JUNIOR (EM CAUSA PRÓPRIA) -
SP090956
IMPETRADO : MINISTRO DA AGRICULTURA

DESPACHO

Vistos.

Trata-se de mandado de segurança, com pedido de liminar, impetrado por **HUGO ORRICO JÚNIOR**, contra ato do Sr. Ministro de Estado da Agricultura, consubstanciado na autorização para comercialização de produtos de criação artesanal e orgânica (ID 18897476) sem pagar pelos selos ou certificações privadas, em todo território nacional.

Narra ser pequeno produtor rural e que se dedica a produção artesanal, ecológica de abate, congelamento e comercialização de frango caipira orgânicos, porquanto geneticamente puros, criados com vegetais e em regime de liberdade controlada, sem utilização de antibióticos, hormônios ou promotores de crescimento, no município de Caconde/SP.

Alega que a criação é fiscalizada pelo Sistema de Inspeção Sanitária do Município de Caconde/SP e o abate pelo Sistema de Inspeção do Estado de São Paulo.

Acrescenta que "atende não apenas integral e completamente toda a legislação brasileira, normas da ABNT e todos os requisitos necessários à Certificação" (fl. 08e).

Sustenta que "está impedido de comercializá-los com açougues, mercados e outras empresas, lhe sendo permitida apenas a venda a consumidores finais, por força da Lei 10.831/03 (...) cujo art. 3º é totalmente inconstitucional, assim como são inconstitucionais grande parte das legislações normativas supervenientes, cujo objetivo real parece ter sido apenas o de criar dificuldades para viabilizar a venda de facilidades e impedir o acesso de pequenos produtores ao mercado consumidor dos grandes centros" (fl. 08e).

Aduz que a autoridade apontada como coatora, delegou à iniciativa privada seu poder de fiscalização e controle ao instituir o selo único oficial do Sistema

Brasileiro de Avaliação de Conformidade Orgânica e estabelece seus requisitos, na Instrução Normativa n. 18, de 20.06.2014.

Ressalta que "não se insurge contra absolutamente nenhuma legislação, requisito legal ou prático sobre a produção orgânica de seus frangos, e menos ainda contra qualquer tipo de fiscalização de sua atividade por órgãos públicos, mas apenas e tão somente contra o achaque ilegal obtido mediante a exigência de pagamento pelas atividades de fiscalização realizada por particulares por delegação inconstitucional da autoridade impetrada e contra a compra forçada de selos de certificação" (fl. 12e).

Apona, genericamente o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora* autorizativos da concessão da liminar, uma vez que a normatização atacada para pretendida certificação viola princípios constitucionais, o art. 10-A da Lei n. 1.283/50, com a redação dada pela Lei 13.680/18 e os arts. 145, II, da Constituição da República e 78 do Código Tributário Nacional, dentre outros.

Requer a concessão da liminar para "imediata proteção dos direitos do impetrante em face da urgência e do perigo que o mesmo corre de ser atuado e perder seus produtos orgânicos apenas pelo fato de não ter se submetido à certificação de particulares nem pago a eles ou a entidades sindicais taxas de filiação e proteção, podendo assim livremente certificar ou não seus produtos, desde que, evidentemente, sejam eles artesanais e orgânicos, bem como identificá-los livremente como "artesanais" e "orgânicos", autorizando o impetrante a comercializar seus produtos sem pagar pelos selos ou certificações privadas, em todo o território nacional, identificando-os como de Criação Artesanal e Orgânica realidade são (fl. 18e).

No mérito, pretende a confirmação da liminar e a declaração das inconstitucionalidade e ilegalidades praticadas pelas autoridades coatoras.

Inicialmente distribuído ao Juízo Federal da 1ª Vara Federal de São João da Boa Vista/SP, Sua Excelência declinou da competência para processar e julgar a presente ação mandamental, em 29.10.2018 (fl. 57e).

Redistribuídos os autos ao Juízo da 7ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, o qual determinou a emenda da exordial (fls. 63/34e):

A inicial necessita de emenda. O impetrante atribui o ato apontado coator como sendo de atribuição do Ministro da Agricultura, entretanto não

demonstra em que normativo baseia a indicação da autoridade.

É pacífico que o autoridade de regulamenta ou coordena a realização de ato administrativo não tem legitimidade para figurar no polo passivo de mandado de segurança e é o que parece ocorrer na espécie.

Para evitar delongas e para não assoberbar a Corte de Justiça, oportunizo ao impetrante a emenda à inicial para indicação da autoridade que efetivamente deve deferir autorização para comercialização das suas mercadorias.

Intime-se o impetrante para, querendo, emendar a inicial, indicando e justificando, baseado em legislação, a autoridade administrativa para figurar no polo passivo da ação. Prazo: 10 dias.

O Impetrante "reiterou pela legitimidade do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, uma vez que as instruções normativas por ele editadas exigiriam certificações desnecessárias e ilegais, mormente se comparadas com o teor da Lei n. 10.831/2003 e o princípio constitucional da livre iniciativa no mercado" (fls. 66/104e).

O Juízo da 7ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal declinou da competência em favor desta Corte Superior (fls. 351/352e).

O Senhor Ministro Presidente desta Corte determinou a intimação do Impetrante para comprovar o recolhimento das custas processuais (fl.358e).

Cumprida a determinação (fls. 360/363e), os autos foram a mim distribuídos em 16.10.2018 (fl. 367e).

À vista do princípio do contraditório, do teor das alegações veiculadas na inicial e da propositura da ação mandamental em outubro de 2018, afigura-se razoável que o exame do pedido de liminar seja postergado para após a manifestação da autoridade coatora.

Isto posto, notifique-se a autoridade apontada como coatora, remetendo-lhe cópia da inicial e dos documentos que a acompanham para que, no prazo de 10 (dez) dias, preste as informações.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal, nos termos do art. 64, III, do Regimento Interno desta Corte.

Ao final, tornem os autos conclusos com urgência.

Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora

